

PARTIDOS,

CONGRESSO,

DEMOCRACIA

Paulo de Figueiredo

*Director da Assessoria
Legislativa do Senado*

Até hoje não se descobriu maneira melhor de tornar possível a participação do povo no Governo do que através do Parlamento.

A presença do povo na direção dos seus destinos é uma aspiração universal. Os homens, seres racionais, possuídos de livre arbitrio, tendo missões a cumprir na vida, nunca aceitaram, salvo distorções históricas excepcionais, a violação de suas vontades pelos que, usurpando o poder, quiseram falar em seu nome.

Democracia, éste o grande ideal político dos homens, desde que se tornaram conscientes de sua dignidade essencial de pessoas, ou seja, de seres feitos à imagem e à semelhança de Deus, com um destino transcendente a perseguir.

Essa condição de pessoa teve, para o homem, as mais profundas e amplas implicações políticas, pois, pôsto assim, nessa situação de ser que transborda da pura animalidade, livre e racional, o homem passou a exigir uma ordem geral de existência em que a sua natureza fôsse respeitada e onde as condições ambientes possibilitassem a expansão harmônica de suas virtualidades no sentido de sua plenitude.

A democracia surgiu como o meio existencial político capaz de permitir aos homens todos a busca dêsse destino superior, pois revelou-se como sistema ideal para os homens, sem perda de sua dignidade, integrarem-se numa disciplina de vida capaz de bem ordenar a variedade infinita de tendências num todo harmônico, homogêneo, solidário e dinâmico, em que todos êles se movimentassem com liberdade na procura do bem comum.

A democracia direta, ou seja, o governo de todos os homens, é uma utopia. Os homens teriam de ser representados e a idéia da representação gerou os Parla-mentos. As diversas camadas do povo, por intermédio de representantes específicos, atuam nas Assembléias exprimindo a média da opinião nacional.

Tal como na vida privada — para fazer um negócio, para assinar um con-vênio, para dar, para receber, para defender uma causa, até para casar — os homens passaram a usar, também no campo político, do instrumento do mandato.

Os parlamentares são delegados do povo. Este participa do Governo através dêles. É a teoria dos mandatos, válida na esfera particular e que não pode ser negada no plano das atividades coletivas. Cada região do País manda seus representantes ao Parlamento, onde, assim, se faz presente uma delegação realmente nacional. Tôdas as camadas sociais participam da escolha dos senadores e deputados, que, em seu conjunto, exprimem o pensamento de todo o povo.

PARLAMENTO, ESPELHO DA NAÇÃO

O Parlamento é, pois, o próprio país em miniatura. É a nação em compên-dio. Virtudes e defeltos de um povo estão retratados no Parlamento, que é, em verdade, a Casa do Povo.

O Executivo é órgão de efetivação da vontade popular; esta vontade, porém, só pode ser traduzida pelos representantes do povo. Pelo Parlamento. É êste, em tôda parte e em todos os tempos, quem tem categoria jurídica para falar em nome do povo, traçando os caminhos a seguir.

Fora dessa compreensão não há democracia, mas simples ditaduras, condenáveis e provisórias.

Fala-se em Executivo forte, porém o Executivo só pode ser forte na medida em que esteja vinculado ao povo. E o Executivo só pode saber o que o povo quer, por intermédio do Parlamento. Porque Executivo forte não quer dizer Executivo desligado dos sentimentos e aspirações do povo, nem em litígio com o Parlamento. Executivo forte será aquêle capaz de decisões prontas e acertadas em favor do povo. Essas decisões, o Executivo, para tomá-las, terá de ver-lhes a motivação e o alcance, a legitimidade e a oportunidade, e, sôbre isso,

a palavra prévia e preponderante há de ser, sempre, justamente a do povo, pelos seus delegados nas Assembléias.

Só há democracia onde há Parlamento. Só na democracia há Governo realmente responsável e legitimamente autorizado a agir em nome do povo. Porque só na democracia o povo participa efetivamente do Governo.

Locke (1) feriu com acuidade êsse importante problema, comentando:

“... la esencia y la unión de la sociedad es que sólo exista una voluntad, la del Parlamento, que, una vez establecido por la mayoría, depositan ella, de manera declarada, la voluntad de todos. La Constitución del poder legislativo es el acto primero y fundamental de la sociedad, cuando se quiere que continúe la unión bajo la dirección de un determinado número de personas, de vinculos y de leyes, habiendo sido estas personas autorizadas con el consentimiento y nombramiento del pueblo, sin lo cual ningún hombre u hombres pueden tener autoridad para elaborar la ley que actuará sobre el resto”.

O Parlamento é, assim, o espelho da nação. Um retrato. Mas um retrato vivo, animado. O povo sente, pensa e age pelo Parlamento. O povo em sua totalidade e em suas virtudes e defeitos. Em seus desejos, em seus interesses, em suas necessidades e em suas paixões. O modo de ser de um povo está no estilo do seu Parlamento. O povo, pelos seus representantes nas Assembléias, tenta os seus designios históricos.

Ninguém pode substituir-se ao Parlamento. Governos autoritários, não escolhidos livremente pelos homens, são momentos de eclipse da liberdade na vida dos povos.

O homem só é livre e responsável na democracia; e onde há democracia há Parlamento.

O Parlamento é a tônica dos regimes democráticos.

O Parlamento, no entanto, para bem servir à democracia, há de ser sempre atual. Quer dizer: vivo. Há de acompanhar as mutações que se processam no mundo e no país. Há de registrar e compreender as modificações culturais, constantes na vida dos povos, fruto do progresso das ciências e que se projetam em todos os setores da atividade humana. Há de se libertar dos prejuízos, das idéias caducas, há de possuir sensibilidade para as novas conquistas da humanidade. Há, em suma, de viver cada minuto da vida do povo que representa.

Para o Parlamento ser assim, seria necessário renová-lo a cada instante?

Não.

Não é preciso que se façam eleições todos os anos para que o povo renove ou revogue os mandatos de seus procuradores políticos. E não é preciso porque há um modo objetivo, de validade comprovada, de tornar o Parlamento uma instituição sempre atual.

Queremos referir-nos aos partidos. O trinómio Partido-Parlamento-Democracia é indivisível e está na base das conquistas definitivas dos povos cultos.

PARTIDO: ELO ENTRE O POVO E O PARLAMENTO

A vinculação do Parlamento com o povo é feita pelos partidos políticos. Organismos estruturados à base e em função de uma doutrina política, os partidos são os elos que ligam o povo ao Parlamento e, por meio dêste, ao Executivo.

Partidos autênticos são os que, pelos seus departamentos próprios, procuram ajustar os seus programas às realidades nacionais, mutáveis sempre, mas sem prejuízo de princípios e sem fugir aos seus fins últimos, expressos na sua ideologia.

Através das suas bancadas os partidos atuam doutrinariamente no estudo e encaminhamento dos diversos problemas submetidos à apreciação parlamentar.

Se os partidos são autênticos, se autênticas as suas representações, então cada parlamentar, ao discutir e votar uma matéria, estará procurando, mesmo nos assuntos mais simples, encaminhar as coisas no sentido da realização dos propósitos visados pela filosofia que o levou a ingressar em determinado grêmio político.

Os partidos, em contato permanente com a massa de eleitores, captam as motivações dos que nêles ingressam, pois acompanham os homens na vivência diária das questões que, em conjunto, constituem o objeto da atividade governamental.

Assim, pelas suas representações no Parlamento, os partidos podem coordenar, disciplinar e orientar o processo legislativo, adequando-o às reais necessidades do País em cada momento histórico.

Dentro da verdadeira democracia têm os políticos de fundar partidos que estejam em comunhão permanente com o povo. Só assim, sentindo o povo dia a dia, os líderes políticos, através dos partidos, poderão servir à democracia, projetando, na área específica de atuação dos delegados do povo — isto é, no Parlamento —, os anseios renovados das diversas camadas sociais. Hermann Finer (2) abordou com inteligência êsse aspecto do problema:

“Podemos decir que la función de los partidos tiene dos aspectos principales: 1) La organización del electorado con el propósito de obtener una mayoría, y 2) El mantenimiento de una conexión continua y responsable entre los representantes y los comicios de una elección a otra. Hay que observar que, cuando mejor se lleven a cabo estas dos funciones, mayor será la integración entre los dirigentes políticos y las masas.”

Êsse contato do partido com o povo é que tornará possível a politização das massas, interessando os indivíduos de tôdas as camadas sociais nos problemas do Estado — que é a sociedade humana por excelência, porque o ambiente jurídico nacional típico, a ordem política básica de existência em comum dos homens.

O povo, mediante os partidos, “põe-se” no Estado. Êste, em certo sentido, é o próprio povo em sua expressão política. A vontade do Estado, quando realmente democrático, é a vontade do povo. A maioria, nas democracias, é quem decide e o partido vitorioso é o legítimo porta-voz da maioria. No Parlamento,

a representação partidária mais numerosa interpretará as aspirações dominantes. O Governo, seja em sua expressão executiva, seja na parlamentar, existe precisamente para auscultar, traduzir e realizar os anseios do povo. Donde o significado profundo dos partidos, como aparelho refletor e dinamizador de vontades.

Ora, o povo são várias camadas, são milhões de seres humanos. Na democracia, todas essas camadas são devidamente consideradas em suas condições, necessidades, interesses e reivindicações. Também esses milhões de homens não são, na democracia, simples "números", mas pessoas humanas, isto é, seres livres e responsáveis.

Partidos nascem de idéias e propagam idéias. Essas idéias em política, são aquelas que os homens tem sobre a organização em comum de suas vidas. Quanto mais próximas das necessidades e anseios gerais, mais essas idéias atrairão adeptos.

As idéias, todavia, não valem por si. Valem, principalmente, pela capacidade dos homens que as defendem, as interpretam, as vivem. Dependem, em grande parte dos líderes. Em religião, em filosofia, em literatura, no comércio, na indústria, nas escolas, no trabalho, as idéias só vingam quando encontram líderes aptos a fazer delas um estandarte, empolgando os homens.

As idéias vivem nos homens, impõem-se pelos homens e, em política, só encontrarão terra própria para germinação e florescimento nos Parlamentos, não apenas pelo que tiverem de boas em si mesmas, como pela qualidade dos homens que as adotem e propaguem.

Os líderes, ao mesmo tempo que recebem sugestões dos liderados, sobre eles influem. A matéria de doutrinação e o programa do partido o elemento de defesa e propagação da doutrina é o eleitorado mas o líder, sentindo e compreendendo a opinião pública, pode influir sobre ela polí-la, racionalizá-la, conduzi-la.

Há certas contingências e circunstâncias que escapam a percepção das massas e o líder que as vê sabera instruir sobre elas os seus comandados, contribuindo para um melhor ajuste dos princípios ideológicos às realidades terrenas obtendo, dessa maneira, o que o Senador Vasconcelos Torres (3) chamou de "harmonia necessária do idealismo das elites com o imediatismo dos problemas"

Os partidos e o povo estão, assim, numa interação constante e isso explica a importância dos partidos na democracia, pela articulação que podem e devem promover entre o povo e o Parlamento e por meio deste, com a Administração Geral do País.

Só mediante os partidos podem os Parlamentos estar em dia com os seus deveres perante o povo. E se imporão naturalmente os partidos cujos representantes no Parlamento disponham de condições culturais e morais para entender os problemas e apontar-lhes solução. Maurice Duverger (4), analisando o papel dos partidos na obra de realização dos anseios populares, através da delegação parlamentar fez essas considerações magníficas:

"Le mot "representation" s'applique ici à un phénomène sociologique et non à un rapport juridique: il définit la ressemblance entre les opinions

politiques de la nation et celles du Parlement. Les députés représentent leurs électeurs, non comme un mandataire représente son mandant, mais comme une photographie représente un paysage, un portrait son modèle. Le problème fondamental consiste à mesurer le degré d'exactitude de la représentation, c'est-à-dire le degré de coïncidence entre l'opinion publique et son expression parlementaire.

Dans ce domaine, l'influence des partis est considérable. Chaque système de partis constitue un cadre imposé à l'opinion, qui la forme, en même temps qu'elle la déforme. On considère généralement le système des partis existant dans un pays comme le résultat de la structure de son opinion publique. Mais l'inverse est également vrai: la structure de l'opinion publique est dans une large mesure la conséquence du système de partis, tel qu'il résulte des circonstances historiques, de l'évolution politique et d'un ensemble de facteurs complexes où le régime électoral joue un rôle prépondérant. Les rapports entre opinion et partis ne sont point à sens unique: ils constituent un tissu d'actions et de réactions réciproques, étroitement emmêlés."

O PARTIDO COMO CAMINHO PARA O PODER

Os partidos políticos, como hoje os conceituamos, são organizações recentes. É certo que, desde os princípios da história, dada a diversidade de temperamentos, inteligência e vontade entre os homens, e, sobretudo, devido a divergência de interesses entre eles, os homens se enfileiraram em grupos variados e até mesmo hostis. As idéias religiosas e a luta pela sobrevivência estão na origem da diversificação dos homens em grupos inimigos. Os clãs, as tribos, as "nações", tudo isso era, em última análise, cristalizações de interesses diferentes, de modos de vida diferentes, de culturas diferentes, de aspirações diferentes. Em todos esses tipos de vivência social dos homens (na base dos quais se processava, já, o enquadramento dos indivíduos segundo algum princípio, numa certa ordem, visando a um fim determinado), podemos surpreender as origens remotas dos partidos e, sobretudo, o conteúdo humano dessas organizações.

Entre os povos da antiguidade — hebreus, hindus, assírios e babilônios, egípcios — e depois entre gregos e romanos, esse processo de diferenciação dos homens em blocos foi adquirindo outras tonalidades, ora predominando o aspecto militar, ora o religioso, aqui o racial, ali o econômico, mais além o social, até que, com o advento do cristianismo, os homens tomaram consciência de sua realidade e de sua dignidade. Veio, após o humanismo renascentista, alargou-se a visão libertária do homem, este passou a constituir o centro do universo e toda a época dita moderna, e agora a contemporânea, estão marcadas pela luta heróica dos homens em busca de sua plena afirmação.

"Amadureceu" assim o mundo para o surgimento dos partidos, pois de longa data os homens tinham compreendido duas verdades fundamentais:

- 1.º) que o indivíduo isolado nada pode, sendo necessário, para a vitória, a união dos homens em torno de seus ideais;

2.º) que somente pelo poder podem os homens transformar em realidades as suas idéias.

Os partidos apareceram, assim, como organizações de homens que se agrupavam em torno do poder, para mantê-lo ou para alcançá-lo. E os homens, de um lado e de outro, passaram a usar de todos os recursos em favor da causa que defendiam, modificando suas técnicas, seus métodos, suas táticas, seus rumos, de acordo com o desenvolvimento geral das diferentes culturas, nos variados espaços geográficos e nos diversos tempos históricos.

O Estado, organização política fundamental — pois ordem existencial por excelência dos homens grupalizados em sociedades nacionais —, firmou-se como o centro máximo de atração. O seu domínio — isto é, o poder, passou a constituir a meta a atingir, pois só mediante o controle do poder, os homens poderiam, pelo Estado, implantar aquela ordem coexistencial que julgavam a melhor para todos.

A compreensão dessas coisas marcou a presença dos partidos, que, há pouco mais de um século para cá, se multiplicaram mundo afora, ganhando força e prestígio e se tornando os instrumentos políticos mais eficazes para a afirmação ideológica dos homens.

O bem comum é o alvo a alcançar pelos homens, em qualquer tempo e lugar, e, para atingi-lo, os homens criaram doutrinas em função das quais perseguem diferentes estruturas políticas, através do Estado, que é o instrumento único em condições de possibilitar a concretização social das ideologias. Os homens informam o Estado mediante sistemas políticos, através do poder. Mas, como chegar ao poder? A não ser pela força, como entre os primitivos, só pelo voto, pois só pelo voto o poder está ao alcance de todos, portanto, do povo. Donde a importância dos partidos, que são órgãos de aglutinação popular em torno de princípios e programas.

Em nossos dias, a ciência política considera os partidos elementos essenciais na formação das sociedades nacionais, pois os condutores de povos bem compreenderam o valor dessas entidades interpretadoras, disciplinadoras e orientadoras de vontades, conforme mostra S. Cotta (5) nesse trecho magnífico:

“La science politique moderne, dans son effort vers une analyse toujours plus précise et concrète des phénomènes sociaux, accorde une importance et une attention croissantes aux partis politiques. Cette tendance est due en grande partie, nous semble-t-il, au fait que les intérêts actuels se dirigent vers le Pouvoir, c'est-à-dire vers l'essence même de l'État et des forces politiques qui le constituent, vers les instruments effectifs de son emprise sur les hommes, plutôt que vers une description purement formelle des institutions étatiques, qui est abandonnée à la compétence de la science du droit.

Sur ce plan dynamique et psychologique, sur ce plan de forces politiques, il n'y a pas de doute que les partis — auxquels les constitutions et les

systemes juridiques n'accordent, en général, qu'une très faible e fugitive attention — ont une importance capitale.

La vie politique d'un pays moderne, son histoire, voire même ses institutions dans leur réalité profonde, ne peuvent être comprises si on ignore les idées, l'activité et la structure de ses partis."

A verdade é que, nos países totalitários, tanto quanto nos democráticos, compreendeu-se que só pelo Estado se "constróem" ideológicamente as nações.

Nos países comunistas o Estado, teóricamente provisório, a cada dia se torna mais forte e atuante.

Para os fascistas, nada pode existir fora, acima ou contra o Estado.

As democracias modernas, inclusive as das nações de tradições mais liberais, renovam-se e vitalizam-se em termos de princípios e métodos que, sem levar à absorção da pessoa humana pelo Estado, fazem dêste, no entanto, um elemento disciplinador das atividades dos homens, impondo a êstes, em benefício de todos, limitações, restrições e obrigações sem as quais seria impossível a busca efetiva do bem comum.

Essas idéias, totalitárias ou democráticas, cristãs ou materialistas, são, hoje, vividas nos partidos, que as adotam, as dinamizam e as inscrevem em seus plano, propagandeando-as segundo técnicas apropriadas, capazes de impô-las ao maior número, levando os homens a lutarem e, muitas vêzes, até mesmo a morrerem por elas.

OS PARTIDOS, O PARLAMENTO E O EXECUTIVO

Se são — e o são — os partidos que jogam com as idéias, vivificando-as, atualizando-as, difundindo-as entre os homens, são os Parlamentos que as viabilizam, através de debates que as reduzem a um denominador-comum e as traduzem em projetos, e é o Executivo que as efetiva, pela força do poder.

Esse trinômio — Partido-Parlamento-Executivo — mostra que a história de um povo bem pode ser considerada a história de seus partidos.

É preciso ter sempre em mente que não apenas os parlamentares representam o povo, mas também, o chefe de Estado, igualmente escolhido pelo povo, seja em eleição direta, seja em pleito indireto.

É preciso, outrossim, não esquecer que um Presidente da República é eleito por um partido ou por diversos partidos, mas sempre à base de um programa que deve ser a expressão de uma doutrina política.

Isso pôsto, entende-se que se em uma Assembléa os representantes do povo não de agir, por suas bancadas, em função dos ideais políticos defendidos pelos partidos a que pertencem, do mesmo modo um chefe de Governo, ao assumir o poder, está comprometido com a ideologia do partido que o elegeu e em defesa do qual conseguiu conquistar os votos do eleitorado.

Pelo fato de um Presidente de República, nas democracias, ser presidente de todos os habitantes do país, não se deve daí inferir que, uma vez eleito, esteja desobrigado de seus compromissos partidários.

Um cidadão que se elege por um partido da esquerda não pode, no poder, seguir uma orientação direitista. Quando a maioria do povo faz vitoriar-se, nas urnas, um candidato do centro, é para ele seguir, no poder, um rumo centrista.

Já no Parlamento, onde estão representados partidos diversos, cada bancada exprime a ideologia de uma parcela do povo.

O Parlamento, principalmente nos países de muitos e poderosos partidos, jamais poderá seguir uma diretriz partidária única. Ele há de sempre refletir, por força de sua própria natureza, a média das opiniões. Nêle, sim, podem-se admitir composições partidárias heterogêneas, ao menos para efeito de votação das matérias, pois se há de conseguir, sempre, um entendimento comum que aproxime as diferentes tendências.

Pregam os partidos as suas doutrinas e, elegendo seus representantes, atuam, no Parlamento, em favor de suas idéias, mas na realização da obra governamental dever-se-á considerar sempre que o Chefe do Executivo, também eleito pelo povo, o foi em função de uma determinada ideologia e através de uma determinada organização partidária.

Nos países democráticos esse fato não produz choques insuperáveis, pois a tônica de democracia está justamente na liberdade, pela qual são respeitados todos os direitos e aspirações de todos os cidadãos, a todos se garantindo iguais oportunidades de participação nos negócios do Estado.

O importante papel desempenhado pelos partidos na obra de formação e consolidação da democracia está estreitamente vinculado ao Parlamento, que é o campo de ação específica das agremiações partidárias, o plano onde se projetam as ideologias, o espelho em que se refletem as aspirações das múltiplas parcelas do povo, o teatro de operações dos partidos, o cadinho em que se fundem as diversas tendências nacionais.

O Parlamento é, realmente, a Casa do povo, que fala pelos seus representantes, escolhidos através dos diferentes partidos. É no Parlamento que o povo está, em sua totalidade, participando do Governo. Mas o Executivo também é, sob certos aspectos, órgão de representação, o Presidente é, também, um delegado do povo e, eleito por um partido, tem igualmente, compromissos ideológicos definidos, sendo responsável perante o povo, inclusive pelo que, como candidato de um partido vitorioso, prometeu em relação ao programa desse partido.

Há, assim, estreita vinculação entre o Chefe do Executivo e seu partido e entre os Parlamentares e seus partidos, como também (sendo o Executivo e o Legislativo órgãos do Estado, com funções diversificadas mas correlatas) entre o Executivo e o Legislativo e entre os diversos partidos. "La íntima conexión entre los partidos políticos y el Parlamento y el Ejecutivo — diz Hermann Finer — (4) es manifesta. No es exagerado decir que el Parlamento y el Ejecutivo son apenas más que estructuras, centralmente organizadas, y lugares de reunión donde se cumple la voluntad de los partidos. Cuanto más profunda sea la organización, más cohesiva resulte su asociación y más definido su proyecto, mayor será el sentido del Parlamento. Cuanto menos profundo sea, mayor será

la indecisión, la molestia, el quebrantamiento y la falta de eficiencia del legislador y de los organismos ejecutivos.”

Os partidos podem e devem desempenhar, assim, mais esta função, de coordenação entre o Executivo e o Legislativo, trabalho de aproximação de pontos de vista e de neutralização de atritos, em benefício da obra comum, mister êsse de que só êles podem desincumbir-se a contento, pois que, em seu conjunto e variedade, são os legítimos porta-vozes do povo.

A verificação do fato mostra, simultaneamente, a necessidade de se ter pelo Parlamento o devido respeito, nêle se vendo o instrumento fundamental para a construção, a defesa e a consolidação da democracia.

Se é no Parlamento que os partidos se fazem presentes no Govêrno, cada um representando uma parte da nação, é preciso ter em conta que a voz do Parlamento há de ser, na democracia, soberana, incontrastável, definitiva. Assim, só há, realmente, democracia, onde há Parlamento livre e forte. Noutras circunstâncias tudo não passará de farsa. Sim, pois pode haver Assembléa em países onde não haja, verdadeiramente, democracia. É que a palavra democracia está no fundo da consciência dos homens, inclusive os totalitários, como condição de liberdade, bem maior dos homens, de sorte que dela se utilizam mesmo aquêles que na prática a desfiguram e a ofendem. O partido de Hitler denominava-se social **democrata**. Outros fascismos diziam ser o seu regime uma **democracia** autoritária. Fala-se, nos países comunistas, em **democracia** popular. Psicanaliticamente falando, isso como que revela sentimentos de culpa, pois, em verdade, em nenhum regime totalitário, da esquerda ou da direita, poderá existir **democracia**, pois em nenhum dêles há Parlamento livre e responsável, em todos êles o sistema dominante é o monopartidário, em todos êles o Estado, ao invés de servir aos homens, serve-se dos homens e êstes, feridos em sua dignidade essencial, ofendidos e alienados, são confundidos com as coisas, são transformados em números e tudo isso é o oposto de democracia, regime político favorável à plena floração do ser humano.

Onde não há partidos o Parlamento também será uma ficção, e, dessarte, só na democracia os governos são efetivamente responsáveis, pois só nela o poder é uma delegação do povo, que transmite ao Govêrno a responsabilidade de seu destino. Ainda *Finer* (7) abordou, com mestria, êsse ponto importante de nossa tese:

“Hay gobiernos en los que las Asambleas representativas participan, pero están mutiladas en varios sentidos y, portanto, los gobiernos no pueden llamarse responsables. Un ejemplo básico es el Gobierno de Alemania anterior a 1919. Después, el Gobierno fascista de Italia (que empezó em 1922) que tuvo elecciones, pero no Gobierno responsable; sucedió lo mismo con el Gobierno de Hitler en Alemania y esta diferenciación es aún verdadera respecto del Gobierno de la Rusia soviética.”

Os partidos são, assim, lembremos, o elo que une o povo, a Assembléa e o Executivo, e esta qualidade dos partidos exclui a possibilidade do seu funcionamento normal fora do ambiente democrático.

Num partido onde somente uma parte do povo, mesmo a mais numerosa e que se integra num partido único, está à testa da coisa pública, não se pode falar em democracia, pois o povo está na maioria e na minoria, no centro, na esquerda e na direita, em tôdas as camadas de que se compõe. Só no sistema pluripartidário os homens encontram meios de exprimir e tentar fazer valer suas concepções gerais de vida, sempre refletidas nas doutrinas políticas, as quais informam os partidos, dando-lhes vida, legitimidade, razão de ser, sentido. Sim, "ideologias em ação" os partidos se enraizam em todo o povo, o qual se divide pelas diversas agremiações segundo suas necessidades, seus interesses, suas convicções políticas, filosóficas e religiosas. Linares Quintana ⁽⁸⁾ focou bem o problema:

"En el estado actual de la ciencia ya no es posible discutir la misión transcendental que los partidos políticos cumplen en la democracia representativa, cuya dinámica requiere indispensable la existencia de aquéllos, hasta justificar la calificación de Gobierno de partidos, con que uele distinguirse en la actualidad al Gobierno del pueblo por el pueblo y para el pueblo."

POLÍTICOS E TÉCNICOS. O QUE AS ASSEMBLÉIAS PODEM DAR

Não se deve exigir das Assembléias mais do que elas podem dar. "Esperar — dizem M. Carter e John H. Hersz ⁽⁹⁾ — que qualquer grupo numeroso e variado de representantes, que em média são inexperientes, possa estruturar as leis de uma sociedade complexa e coordenar todo o jôgo das atividades do Govêrno, é impor uma carga que nenhuma Assembléia representativa desejaria suportar. O que uma Assembléia bem organizada pode fazer — e bem — é analisar, criticar e julgar a política e os propósitos do Govêrno; ser o porta-voz dos desejos e ansiedades da massa dos cidadãos; proteger as suas liberdades contra qualquer abuso do poder pelo Govêrno; educar a opinião pública através de debates e fiscalizar a forma em que a legislação é administrada. Em alguns pontos, a Assembléia Legislativa é especialmente desejável para estas duas tarefas. Se aos seus membros falta o conhecimento especializado, necessário para estruturar a legislação técnica, êles possuem conhecimentos de matiz diferente, que os próprios técnicos provavelmente não têm: os legisladores, tirados da massa popular, representam um conjunto de experiência em termos de classe e origem geográfica, e o íntimo conhecimento que possuem de seus constituintes faz com que êles se tornem juizes excepcionalmente abalizados da opinião pública e da aceitabilidade e viabilidade das leis."

Ao Parlamento cabe, assim, defender princípios, idéias e interesses gerais e até contraditórios, porque todo o povo está presente nêle, cada parcela representada numa determinada bancada. O Parlamento doutrina e fiscaliza, defende, combate, acusa, divulga teorias e esquemas, apresenta, discute, aprova e rejeita proposições, faz críticas, corrige, sugere, apóia, recusa, e, nessa tarefa complexa, é também govêrno, participando, a seu modo, dos negócios administrativos.

Numa Assembléia estão homens de todos os pontos do país, de tôdas as categorias sociais, com as mais diversas vivências, com idéias as mais diferentes, com experiências múltiplas de coisas as mais variadas.

Profissionais liberais, literatos, comerciantes, industriais, operários, clérigos, militares, homens do campo e da cidade, ricos e pobres, velhos e moços, conservadores e progressistas, homens da "direita", do "centro" e da "esquerda", todos esses tipos, integrando uma Assembléia, dão a esta uma riqueza humana que comunica às suas atividades um sentido de universalidade que não se pode desprezar e que serve para corrigir as distorções administrativas dos técnicos, cuja tarefa carece precisamente de uma visão ampla, total, superior, ao mesmo tempo nacional e universal, dos programas de governo.

Contudo, a direção governamental há de caber ao Executivo, na pessoa daquele que, por força das idéias políticas que adotou e da confiança que inspirou ao povo para realizá-las, o povo escolheu para tal mister.

Falamos em técnicos e julgamos oportuno insistir neste ponto. Os técnicos são necessários, mas o tecnicismo jamais poderá constituir a filosofia de nenhum Governo, sob pena de fracasso total. Técnicos, sim, porém nos seus devidos lugares. Servindo no Executivo, nas Assembléias, nos partidos. Mas sem pretenderem traçar as diretrizes de governo. Sem terem a pretensão de substituir os políticos, os legisladores, os estadistas. Sem que o sapateiro vá além do sapato...

Os técnicos servem em seus ofícios, como peças de um organismo. Toda vez, porém, que se arriscam a vôos mais amplos, com vistas às rédeas da coisa pública, os negócios ficam mal.

Não se pode encontrar a não ser nos políticos os elementos capazes de registrar, refletir, interpretar e conduzir os anseios gerais. A obra coletiva é uma obra política e foi, em todos os tempos e lugares, efetuada por políticos.

Cumpre, dessa maneira, meditar profundamente sobre o papel dos partidos no mundo moderno. Os partidos são o próprio povo em sua dimensão ideológica.

Cada partido, modernamente, exprime uma filosofia, uma sociologia, uma ética, uma economia. Uma concepção do homem e do universo. A vitória, os homens a buscam, pelos seus partidos, para, conquistando o poder, realizar o seu sistema de vida em comum, que julgam o melhor para a maioria dos homens. Por isso, assinala Kranenburg ⁽¹⁰⁾, "el partido existe para la lucha, siendo su fin ultimo la organización de la voluntad estatal, por decisión de la voluntad popular".

Os partidos precisam dos técnicos na obra que intentam construir; na execução, pelo Governo, dos programas administrativos. Mas só aí.

Os delegados do povo no Parlamento, legislando em harmonia com suas plataformas políticas, e o Executivo amoldando as aspirações gerais ao esquema político do partido que, vitorioso, alcançou o poder — e por isso há de traçar as direções a seguir — assim deve funcionar o Estado democrático.

No fim, os rumos serão fixados pelo partido mais forte, pois este, elegendo o Presidente da República, consegue, sempre, as representações mais numerosas no Parlamento, o que assegura certa uniformidade de conduta nos dois ramos políticos do Poder: o Executivo e o Legislativo.

A hora que vivemos é, assim, uma hora eminentemente política, na medida em que, considerada ciência do Estado ou arte de governar, a política empolga todos os homens interessados na construção de um mundo onde imperem a liberdade, a igualdade e a justiça.

A luta pelo poder é, portanto, a marca formidável dêste momento da história, pois o poder significa a possibilidade real da passagem da doutrina para a realidade.

Ora, em política, o dado mais sério, vivo e atuante é, atualmente, o partido, que vale como mola propulsora de vontades rumo ao poder, razão por que Marcel Prélot ⁽¹¹⁾ escreveu:

“Na época contemporânea, o agrupamento organizado padrão é, em política, o partido. Reunindo um número elevado de membros, disciplinando-os, êle cria uma autoridade que, pelo mecanismo do voto, em democracia, por outros processos, nos sistemas monocráticos, se tornará o poder.”

PARTIDOS, ÓRGÃOS INERENTES A DEMOCRACIA

Partido e povo são, portanto, dois termos de uma equação política essencial à democracia. Ora, se é pelos partidos que as diversas camadas do povo se afirmam ideologicamente, se é por êles que elegem representantes às Assembléias e, através dêstes, integram o Governo, e se a democracia é o Governo do povo, pelo povo e para o povo, então ressalta, em tôda a evidência e em tôda a sua força, a importância dos partidos na obra de consolidação da democracia.

Povo, não se deve esquecer, são todos os indivíduos, de tôdas as classes e condições. Tôdas as pessoas humanas que integram a sociedade nacional. Pessoas que têm um pôsto definido no universo, isto é, uma concepção de Deus, do homem, da vida. Que têm, ao lado de necessidades, interêsses e ideais comuns, necessidades, interêsses e ideais diferentes e, até divergentes. Que se unem em grupos ou em grupos, se dividem, se afastam e se hostilizam, à base e em função de atitudes próprias que assumem em face dos problemas fundamentais da existência, seja no plano universal, no nacional, no regional, no familiar e até mesmo no individual.

Dai as Associações, os Clubes, as Sociedades e os Partidos, sendo êstes as formas mais complexas e mais completas de agrupação social dos homens, pois se constituem os órgãos máximos de integração, visto como são os instrumentos de que os homens se utilizam para, unidos, tentarem o poder, meio pelo qual poderão informar o Estado com suas doutrinas, ou seja, ordenar o Estado à imagem e semelhança de sua filosofia política:

“La institución que está de modo más inmediato y continuo en contacto con el pueblo es el partido. Su función es organizar a los votantes con la esperanza de llegar a una mayoría, ao menos a formar una oposición respetable y controlar la creación y ejecución del programa político, principalmente por medio del Parlamento”, registra Finer ⁽¹²⁾.

O homem do povo só tem um modo de participar dos negócios públicos: votando. E para votar deve politizar-se, ou seja, ingressar num partido cujo programa afine com seus sentimentos, seus interêsses e suas idéias. Sômente quando entra para um partido e se faz eleitor, o individuo se transforma realmente num cidadão. Sômente então está maduro para as lides políticas. Só

ai está em condições de arcar com a responsabilidade de participar da vida pública. Porque só assim estará revelando uma vontade de cooperar com o Governo na obra comum de construção nacional.

Sua participação poderá ser direta, quando, candidato, é eleito por um partido; ou indireta, quando, simples eleitor, escolhe seus delegados junto ao Poder Público.

Se há partidos autênticos, que agem como "ideologias em ação", e se há autênticos eleitores — cidadãos que votam nos candidatos deste ou daquele partido porque vêm, nêles, homens aptos a tentar a efetiva realização dos programas de seus partidos — então os partidos serão, de fato, uma ponte entre o indivíduo e o Estado.

Os partidos visam ao poder e, para atingi-lo, nas democracias, têm de obter o apoio da maioria dos eleitores. Precisam, dessarte, organizar o eleitorado e dispor de meios adequados de convencimento. Na base desse convencimento estará, evidentemente, uma filosofia política, pois é da natureza do homem agir consoante princípios, em busca de determinados fins. O homem é um ser eminentemente teleológico e a sua inscrição em um partido obedece ao propósito de, pela tomada do poder, tentar um tipo de Estado que possibilite um ambiente existencial favorável ao desenvolvimento e realização daquelas idéias consubstanciadas nos programas de sua agremiação.

Assim, sendo o traço de união entre o cidadão e o Estado, tem o Partido de agir, permanentemente, junto ao povo, acompanhando a transformação das coisas, para ser sempre atual. Há de, como órgão de vontade popular, sentir o povo em todos os momentos e circunstâncias.

A necessidade dos partidos é, como se vê, um axioma da vida democrática. Só nos partidos o cidadão vale politicamente, pois só através deles se representa nos corpos legislativos e participa do Governo. A liberdade e a responsabilidade do cidadão, dois pontos capitais da ética democrática, não teriam nenhuma realidade fora dos partidos, pois, sem a garantia destes, os homens não teriam como fazer valer as suas diferentes ideologias. Está, assim, a democracia, ligada na vida e na morte aos partidos. Isso explica porque a extinção dos partidos, e, em consequência, a dos parlamentos, é o prelúdio de tôdas as ditaduras.

Já nos regimes democráticos, os partidos são tidos em alta conta e seu papel reconhecido como relevante na condução do povo: "Guarda dos povos contra os governos, são os intérpretes daqueles perante êstes", adverte Felício Buarque⁽¹³⁾ e aduz: "Assim, nos países de regime constitucional, os partidos orientam os altos poderes do Estado, exprimindo em seus programas as necessidades coletivas da nação. É tanto mais verdade quanto é fato que, sendo simples delegado da comunhão social, não deve um Governo contrariar a vontade manifesta das partes delegantes!".

Numa democracia, por conseguinte, nunca agem os governos contra os partidos, porque ela é o regime dos partidos e o domínio temporário de um, não exclui a existência nem a convivência de outros. Digladiam-se os partidos no terreno das idéias, discordando de princípios, de métodos e de propósitos, mas tudo isso acontece dentro da compreensão de que os princípios, os métodos e os propósitos que não aceitamos são aceitos por outros homens iguais a nós e merecem, por isto, ser discutidos e considerados.

O Executivo é responsável perante a Assembléia, esta perante o Executivo, ambos perante os partidos e estes perante o povo. A responsabilidade das bancadas está no respeito aos programas de seus partidos, que representam as diferentes camadas sociais, e a do Presidente no acatamento às deliberações da Assembléia, que indicam a média da opinião nacional.

É preciso não esquecer, em nenhum instante, que estamos falando de partidos políticos na verdadeira acepção do vocábulo. Pois há partido e partido. O Brasil, de um modo geral, não teve partidos, salvo o integralista e o comunista. O trabalhista, que teve tudo para ser o mais genuíno dos partidos nacionais, foi desvirtuado. Dos liberais, abra-se uma exceção para o pequeno Partido Libertador, cuja existência foi tóda uma luta heróica em favor do parlamentarismo. Fora daí, o que se viu foram organizações em tórno de homens e não de idéias. E nenhum partido é real se desvinculado de um ideal. É que o partido nasceu como arma política ao mesmo tempo de negação e de afirmação: negação da autoridade absoluta dos reis, afirmação do direito do povo em participar do Govérno. Esse "sim" à ascensão política do povo e esse "não" ao arbítrio dos déspotas, marcam os polos do mundo democrático.

Visto o problema dêsse ângulo, democracia e partido se confundem, o que serve para demonstrar a necessidade de se dar, no direito público moderno, um tratamento especial aos partidos políticos.

Se atentarmos, ainda, para o fato de que o povo só tem uma maneira de integrar-se no poder — através das Assembléias — então se tornará claro que Parlamento, Democracia e Partidos formam uma trilogia política que deve estar na base de tóda organização estatal, como *conditio sine qua non* de estruturação da sociedade nacional em térmos de igualdade, de justiça e de liberdade. Ensinam Rodee, Anderson e Christol (14):

"partido democrático, como hoje se estrutura, é consequência de pelo menos duas condições importantes: a limitação da autoridade da monarquia absoluta e a extensão do sufrágio a praticamente tóda a população adulta. Enquanto os reis gozaram do monopólio do poder, sem que o povo pudesse votar, a atividade partidária revelou-se infrutífera e traiçoeira. Portanto, não surpreende encontrar as raízes históricas dos partidos, tanto na luta do Legislativo para restringir as prerrogativas reais, como no seio da massa eleitoral aviltada e no desenvolvimento de grupos que assumiam posição de batalha ou pediam o reconhecimento de seus interesses."

Em verdade, os partidos só ganham substância nas democracias e as democracias só se estabilizam através dos partidos. Em outros regimes políticos não há, realmente, partidos, mas simples "Associações", "Ações", quando muito "Movimentos".

Democracia é a terra própria dos partidos, estes são a sementeira de idéias que levam os homens à luta pelo poder, e, para emoldurar essa paisagem, há o Parlamento, onde o povo, pelas suas delegações partidárias, ordena, estrutura e dinamiza o Estado, fazendo do poder um instrumento do bem geral.

Nas democracias os partidos valem, dessa maneira, como verdadeiros ideais em marcha e muito mais valerão quando, institucionalizados, passarem a compor o quadro jurídico do Estado.

Porque, colocados numa situação de direito geral e uniforme, com disciplina rígida, os partidos, dentro de suas motivações ideológicas, terão encontrado aquelas condições de segurança e permanência que lhes permitam trabalhar a opinião pública no sentido da efetivação desse ou daquele sistema de vida em comum, que a tanto almejam, por processos e doutrinas diferentes, as diversas organizações políticas.

Mesmo nos países onde os partidos ainda não se consolidaram em correntes definidas de opinião, pode-se constatar que é um ideal de vida o sinal que os distingue, levando homens de condições sociais e econômicas diferentes a uniões aparentemente impossíveis.

Em realidade, não se poderia fundar um autêntico partido "operário", ou "camponês", ou de "comerciantes", "industriais" etc. O que se pode é criar um partido democrático, um partido socialista, um partido cristão etc., onde ingressarão homens de todas as categorias profissionais.

O LIBERALISMO ESTÁ CADUÇO

O verdadeiro político não pode, por conseguinte, agir de maneira intermitente. Para ser um político autêntico tem de estar presente em todos os momentos da vida do eleitorado, antes, durante e depois dos pleitos. As "velhas rapósas" dos idos do liberalismo, só apareciam nos tempos de eleições. Mas nunca foram políticos, na verdadeira acepção da palavra. Foram simples politiquinhos. Nem seus partidos jamais foram partidos, senão aglomerados de gente heterogênea ao redor de pretensões meramente individualistas ou grupais.

Demitir funcionários nomeados pelos adversários, substituir delegados, transferir promotores, dar concessões de obras públicas a amigos e compadres, eleger filhos e parentes, eram objetivos permanentes desses falsos políticos, cujo tempo está superado e não há de voltar jamais. Porque o povo está se politizando. E os velhos "partidos" partiram para o ostracismo sem deixar saudade.

A época que vivemos reclama, para a sobrevivência, mesmo, da democracia, partidos que sejam, realmente, como que ideais em marcha. Como eram e são os partidos nazista e comunista. Temos, neste ponto, de ceder a palma aos países totalitários. Lá, os partidos estão a serviço de uma causa. Nos países liberais os falsos partidos têm estado a serviço de indivíduos, de famílias, de grupos. O Brasil não fugiu à regra; ao contrário, o que aqui aconteceu foi ainda pior, pois, além do mais, as nossas agremiações partidárias, do império aos nossos dias, foram quase que simples imitações de partidos estrangeiros.

A não ser por tática, visando ao poder, um "esquerdista" e um "direitista" nunca se aliam. Entretanto, nos países liberais, de formação política de cunho individualista, de falsos partidos e falsos políticos, unem-se representantes de partidos diferentes, mesmo contra seus próprios partidos, quando tal união convém a seus interesses pessoais, familiares ou grupais.

É o caso, verberado pelos próprios críticos norte-americanos, de união entre “democratas” e “republicanos” contra reivindicações do povo, quando estas possam ferir seus interesses ou interesses de empresas a que estejam vinculados.

É o caso, também, tantas vezes visto no Brasil, de alianças de “udenistas”, “petebistas” e “pessedistas” (em questões, não raro, fundamentais, como a do petróleo, do direito de greve, de diretrizes e bases da educação, de intervenção estatal na economia, de delegação de poderes, de reforma agrária etc.) contra “udenistas”, “petebistas” e “pessedistas”...

Os comunistas sabem, por exemplo, que, vitorioso seu partido, obtido o poder, a propriedade privada será abolida, a economia será dirigida, virá o divórcio, o lucro será considerado um furto etc. Sabem disso e querem isso.

Do mesmo modo, os fascistas de todos os países, nos tempos áureos dos fascismos e mesmo os fascistas de hoje, sabiam e sabem que, triunfantes suas agrêmiações, o Estado passará a ser um tabu intocável, tudo a êle se subordinando. Sabem disso e aceitam isso.

Já nas democracias liberais clássicas o político de um partido nada tem de diferente do político de outro partido. No poder, o representante de qualquer partido liberal não sabe bem o que fazer. Poderá ter projetos administrativos, planos de governo, obras a propor. Mas não terá um sentido a dar ao Governo, porque, em geral, falta-lhe a convicção de uma filosofia política.

Queremos dizer, com isso, que desejamos uma nova democracia para o mundo, uma democracia que transcenda dos quadros estreitos e mal delimitados do liberalismo e se plante, com raízes firmes e formas típicas, não só no terreno político como, igualmente, no social e no econômico.

Democracia é, realmente, governo do povo, pelo povo e para o povo, mas no liberalismo nunca se viu um governo assim. As legítimas conquistas do povo, inclusive nos regimes liberais, só se tornaram efetivas quando no livro da história foi deixada para trás a página liberalista.

PARTIDO ÚNICO — SÓ EM DITADURA

As sociedades se compõem de camadas distintas, em cada uma delas atuando, em atividades específicas, homens que, em seu conjunto, constituem o povo de um país, e, assim sendo, jamais poderíamos, num regime político realmente humano, admitir a existência de um partido único. O sistema monopartidário só seria suportável naqueles regimes em que os homens deixam de ser homens para se transformarem em autômatos. Partido único pressupõe ideologia única, ideologia única implica na igualdade de interesses, idéias e vontades entre todos os homens, o que é uma quimera.

Democracia é, portanto, sistema que reclama, como condição mesma para seu normal funcionamento, a pluralidade de partidos.

Cada homem é um só e êle só, mas isto não quer dizer que cada homem devesse constituir um partido. Os ideais humanos de vida em comum (e a organização da vida em comum dos homens é função do Estado) podem ser reduzidos, por afinidades ou discordâncias, a alguns poucos sistemas políticos, de modo que os homens todos, em cada país, podem encontrar resposta às suas solicitações políticas em alguns poucos partidos.

Nos dias correntes, por exemplo, os eleitores poderiam, a grosso modo, encaixar-se em três grandes grupos: a “esquerda”, o “centro” e a “direita”. Ou seja: o partido comunista, o partido democrático e o partido conservador. Admitiríamos mais duas formações, entre o “centro” e a “esquerda” e entre o “centro” e a “direita”: o partido trabalhista e o partido conservador progressista, respectivamente. Em cinco partidos, por conseguinte, poderiam, atualmente, encontrar guarida as ideologias políticas de maior aceitação entre os homens e estes, com ligeiras renúncias ou concessões que não bastariam para aliená-los, poderiam encontrar um partido em que se inscrever.

Ademais, cabe observar que os partidos não se limitam a “receber” filiados que seguem as doutrinas por eles adotadas. Os partidos vão até o povo, ensinam, catequizam, convencem, fazem adeptos. Os partidos — e esta é uma de suas funções — educam politicamente o eleitor. É dessa maneira que se consegue a adesão de elementos de outros partidos, a conversão de cidadãos para tal ou qual credo político.

Perguntarão: quando os partidos brasileiros fizeram isso? Responderíamos: nunca tivemos realmente partidos. Pelo menos partidos democráticos. Basta, contudo, ver como eram organizados e como agiam o partido integralista e o partido comunista para compreendermos, em toda a sua extensão e profundidade, a missão politizadora dos partidos.

Comunistas e integralistas editavam jornais e livros, fundavam escolas para crianças e cursos de especialização para adultos, promoviam reuniões, palestras, conferências, adotavam emblemas, hinos e bandeiras, possuíam até formações militarizadas. Em suma, dispunham de organizações que, de mil maneiras, procuravam convencer o povo das excelências do integralismo ou do comunismo, de modo que o cidadão que ingressasse num ou noutro partido sabia, perfeitamente, o que estava fazendo, o que queria, para onde ia.

Os partidos, nos países democráticos, hão-de, para legitimar-se, conduzir-se do mesmo modo. Nas escolas, nas oficinas, nos escritórios, nas repartições, em toda a parte, os partidos devem atuar no sentido da implantação, na consciência política dos homens, da supremacia dos valores da democracia, pois só assim poderemos enfrentar, com êxito, as investidas dos totalitários. É uma árdua luta, esta, mas, como ensina Kranenburg ⁽¹⁵⁾, “el partido existe para la lucha, siendo su fin ultimo la organización de la voluntad, por decisión de la voluntad popular”.

Têm, pois, os partidos, na democracia, como missão maior, convencer os homens das excelências do sistema democrático, feito o que poderão transportar para o Estado a vontade democrática do povo, pois só pelo Estado o povo pode realizar a sua vontade.

OS POVOS TÊM OS PARTIDOS QUE MERECEM

Estamos a falar em povo, mas o que é preciso é falar em povos. Porque os povos, como os indivíduos, são diferentes uns dos outros, vivem em regiões diversas, têm problemas próprios, uns são ricos e outros pobres, uns evoluídos e outros atrasados, uns são fracos, outros são fortes, uns estão no começo de seu desenvolvimento, outros estão no apogeu de sua glória.

Regiões diferentes, com riquezas diversificadas; zonas onde a presença do homem verificou-se mais cedo ou mais tarde; histórias que se marcam pela paz ou pela guerra; sociedades que se caracterizam por atividades agrícolas ou industriais; gentes com tal ou qual predominância étnica — tudo isso, significando culturas variadas, senão determina, pelo menos influencia o modo de viver dos agrupamentos humanos nos diferentes espaços e nos diversos momentos históricos.

O amadurecimento político é mais próprio dos povos desenvolvidos; os subdesenvolvidos agitam-se em experiências de toda espécie, procurando o equilíbrio.

A democracia, forma política superior de vivência dos homens em comum, só é possível entre os povos que hajam atingido um grau satisfatório de civilização. São válidas e sempre estão presentes as instituições democráticas entre os povos politicamente cultos, ao passo que os tipos não democráticos de organização política são mais frequentes entre os povos ainda em estado precário de civilização. Descontadas as exceções, tal fato está presente na história com uma evidência solar. E fácil será então positivar como a vida dos povos, nos variados espaços e nos diferentes tempos, pode ser simbolizada nas figuras de “chefes”, “líderes” e “condutores”, que, em outras eras, substituíam os atuais partidos, pois eles eram acreditados como deuses e sua palavra traçava os caminhos a seguir. Com o desdobrar dos séculos, os partidos, com este ou com outros nomes, passaram a ser o centro de polarização dos ideais coletivos e em volta deles se agruparam os homens. Pode-se dizer, por isso, que a história dos povos é a história dos seus partidos políticos, mesmo quando não havia partidos ou estes eram representados por um “sacerdote”, um “general”, uma “família”, um “político”, um “conselho”, um “oráculo”, um “profeta”. É que os homens só sabem agir, politicamente, através de órgãos de representação ou de vultos simbólicos, estes não raro substituindo-se àqueles, inclusive nos tempos modernos, como nos fenômenos dos homens chamados “providenciais”.

Hoje, porém, já os partidos se firmaram, definitivamente, como entidades representativas do povo, cada parcela deste se fazendo presente numa certa agremiação.

SISTEMA PLURIPARTIDÁRIO, EXIGÊNCIA DA DEMOCRACIA

O homem não vota por votar. Não é indiferente ao eleitor a vitória deste ou daquele partido. Quando vota, está se definindo por um programa político que sintetiza toda uma filosofia. Isso explica seus sacrifícios, suas lutas, suas paixões. É um mundo novo, o “seu” mundo, que o eleitor pretende alcançar, ao filiar-se a este ou àquele partido. Pois cada partido, como a palavra indica, representa parte do povo. Se todos os homens fossem iguais, não em natureza, mas em necessidades, condições e anseios, então bastaria existir um só partido. Não o sendo, porém, senão em sua natureza humana, eles têm situações, interesses e objetivos diferentes a atingir, cada homem ou grupo de homens se julgando os mais certos, os defensores da melhor doutrina, os possuidores da verdade. A **felicidade**, para os socialistas, não é a mesma coisa que

para os democratas ou para os fascistas. O mundo pretendido pelos cristãos não pode ser o mesmo almejado pelos materialistas. A organização econômica pleiteada pelos liberais é oposta à advogada pelos adeptos do intervencionismo. É fato que todos os homens, ao aceitarem um sistema político e se inscreverem no partido que se propõe realizá-lo, estão convictos de que fizeram a melhor opção. O bem comum está no pólo das aspirações políticas de todos os homens. Contudo, há teorias completas e teorias incompletas. Há filosofias que vêm do homem e o mundo de maneira mais profunda e extensa do que outras. Daí a multiplicidade de partidos, que são meras projeções políticas de ideologias. Onde a necessidade de se assegurar o sistema pluripartidário, que está na base mesma do respeito à pessoa humana. Uma parcela, dentro de um todo, implica na existência de outras parcelas. Ora, o que é parcial não pode ser total, e, dessa maneira, não podemos aceitar outro regime que o democrático, pois só neste se dá aos partidos o devido tratamento. Pietro Virga ⁽¹⁶⁾, comentando o assunto, escreveu, com argúcia e senso:

"È caratteristica peculiare del partito, come si desume dalla stessa etimologia della parola (dal latino pars), la sua natura parziale: la sua ideologia politica è unilaterale e particolaristica, la sua organizzazione no riesce ad abbracciare la totalità della popolazione statale, il suo programma interessa solo una parte del cittadino.

Dalla constatazione della natura parziale del partito si sono tratte due illusioni. Si è anzitutto osservato che la "parzialità" del partito postula necessariamente la sua complementarità con altri partiti; il partito no sarebbe concettualmente pensabile senza l'esistenza di almeno un altro partito; un partito il quale diventi parte integrante del Stato no sarebbe più un partito politico nel senso tecnico della parola."

Os partidos valem pelo seu conteúdo ideológico. Pela **humanidade** desse conteúdo. Quanto mais universais em suas motivações, mais amplas serão as suas bases, mais força possuirão, maiores serão as suas possibilidades de vitória.

A unanimidade é, no entanto, impossível. Ainda que se tomasse como critério de valorização dos partidos a sua capacidade de visionar o mundo na totalidade de seus aspectos, a unanimidade não seria conseguida, pois tanto o comunismo quanto o cristianismo constituem, por exemplo, visões integrais do homem e do universo, mas os partidos políticos nêles inspirados jamais poderiam aliar-se, por serem inconciliáveis os seus pontos essenciais de divergência.

Para cada ideologia há de haver uma organização política própria, e, assim, só o sistema pluripartidário pode entrosar-se com as reais necessidades políticas do homem. G. E. Catlin ⁽¹⁷⁾ tocou no cerne dessa questão:

"Se o valor de um partido está em expressar a convicção transcendente sobre idéias de algum modo homogêneo, então evidentemente somente um sistema multipartidário, com tantos partidos quantos forem os diversos ideais sociais, poderá ser satisfatório."

Impor um partido único é violentar a consciência dos homens. É como obrigar todos os homens a terem uma mesma religião, uma mesma filosofia, um mesmo clube, um mesmo ideal. O homem, sendo pessoa, é livre e responsável. Sua ambiência política há de ser, conseqüentemente, a democracia. Esta é a atmosfera onde êle pode movimentar-se espontaneamente em busca de sua realização. Nos sistemas totalitários a pessoa é humilhada e ofendida. Nêles, o homem é transformado em simples peça da máquina estatal. Mussolini deu a tônica dos regimes totalitários, ao proclamar que nada poderia haver fora, acima ou contra o Estado. Os homens, nessas ordens políticas, transformam-se em autômatos, perdem a sua humanidade.

A riqueza do mundo humano está na variedade de idéias. A beleza está na liberdade. As sociedades políticas só são legitimamente humanas quando nelas se respeitam as tendências, os anelos, os projetos e as convicções de todos os homens. Por isso, adverte Kranenburg ⁽¹⁸⁾ “no se puede evitar la formación de partidos si es que los miembros de la comunidad no han de ser tratados como una colección de objetos, como un material moldeable, si no se les mira como a criaturas sin voluntad o como a instrumentos em manos de un gobernante o un grupo de gobernantes con derecho a dictar: “asi actuarás”. La declaración: “esto es lo que pensamos nosotros, esto es lo que hay que hacer” no puede ser obra permanente de un grupo desorganizado. Habierà siempre diferencias de opinión; y si las decisiones han de ser un poco ordenadas es menester cierto grado de organización. La función de los partidos políticos consiste en reducir las ideas que divergen, y que a menudo son vagas y fluctuantes, a una “opinión pública” más consciente, que hará posible una decisión ordenada”.

A existência de milhões de homens com diferentes concepções de vida não quer dizer, porém, que devamos pretender a formação de milhões de partidos. As idéias fundamentais podem ser agrupadas em alguns núcleos, apenas, consoante suas atrações e repulsões. Cabe aos partidos êsse trabalho. Garantido um mínimo de princípios, logo se verá como quatro ou cinco partidos poderão globalizar as aspirações políticas gerais dos homens. É que os homens não se distanciam, apenas, mas também se aproximam pelas idéias. É dever dos partidos tentar a grupalização dos homens em corpos políticos definidos.

Partido único é, assim, uma excrescência, indigna de tornar-se objeto de consideração em uma democracia. Trata-se de algo arbitrário, falso, contrário à natureza humana. Onde existe, aí se rompe o equilíbrio político, que se assinala por um denominador comum às diferentes ideologias. Partido único é sinônimo de oligarquia, de fanatismo, de poder irresponsável. Onde não se instala o sistema pluripartidário não é possível uma visão geral dos problemas, não há integração das diversas camadas sociais num todo homogêneo, não se faz a harmonia das classes, não se consegue a confraternização dos homens, não se respeita a liberdade, não se dá responsabilidade, não se faz justiça, não se faz a equitativa distribuição dos bens da civilização e da cultura. O povo, nos países de partido único, é marginalizado, só uma parte dêle participa do poder e um Governo de facção não pode considerar-se nacional, nem democrático, nem humano: “O sistema de um só partido, existente em alguns países, está, estri-

tamente falando, fora do alcance da presente discussão, porquanto estamos considerando o sistema de partidos como parte da maquinaria da democracia e o sistema monopartidário não é nada democrático”, assinala Field ⁽¹⁹⁾, e acrescenta:

“Tem tôdas as tendências oligárquicas inerentes a qualquer partido e nenhum dos corretivos democráticos proporcionados pela existência de mais um partido. Uma das grandes vantagens do sistema de partidos como o conhecemos, do ponto de vista democrático, está em oferecer uma alternativa possível de Governo e proporcionar sempre ao eleito-
rado uma escolha de Governo. No sistema monopartidário não há alternativa de govêrno e nenhuma possibilidade de escolha genuína para o eleitorado, de forma que a influência da massa do povo sôbre as decisões políticas é reduzida ao mínimo. O sistema é, na verdade, um meio de estabelecer uma oligarquia.”

Partido único é organização típica de regime totalitário. É agremiação dos “deuses”, dos “césares”. Só viceja entre os povos escravizados, jamais numa democracia, onde o povo, todo o povo, toma parte no poder, através de suas representações partidárias no Parlamento. Partido único é o partido dos tiranos e foi por isso que Laski ⁽²⁰⁾ sentenciou que os partidos “constituem a muralha mais sólida frente ao perigo do cesarismo”.

Onde há desejo de democracia tem de haver pluralidade de partidos. Partidos e democracia são coisas que se reclamam e se completam. Sem partidos não há democracia, sem democracia não há partidos. Partidos são o sinal do regime democrático. A sua senha. Democracia de um partido só é piada política. E piada de mau gôsto. Democracia é povo, povo são todos os homens, homens são variedades de sentimentos, de idéias, de situações, de necessidades, de vontades, de sonhos. Os homens se unem e se organizam politicamente em função de necessidades, interêsses e objetivos afins. Pretendem sistemas diferenciados de vida, cada partido vendo o seu como o melhor sistema para o país. O povo, nas eleições, escolhe um dos sistemas propostos e os homens que devam tentar a sua realização. Democracia é isso, e, sendo assim, podemos dizer, com Kranenburg ⁽²¹⁾:

“La existencia de los partidos políticos resulta de la misma esencia de las instituciones democráticas. La democracia supone la diversidad de opiniones respecto a la política que el Estado debería seguir.”

Nenhum partido pode, isoladamente, ter a pretensão de representar a totalidade do povo. Pode, a filosofia política em que se inspire, ser integral, abarcar a totalidade da vida humana, mas nem por isto terá condições para excluir os outros partidos, pois muitos homens não aceitarão essa filosofia, terão uma compreensão diferente das coisas, quererão uma ordem diversa de existência.

Assim, um partido é sempre apenas uma molécula no tecido social. Vale, politicamente, mais ou menos, segundo a sua força de expressão, isto é, pela importância da área humana que representa, mas não pode impor-se aos de-

mais senão na medida em que, pelo convencimento, nas urnas, elege o chefe de Estado e a maioria dos parlamentares e, senhor do poder, fixa as normas do procedimento estatal.

Onde há partidos, e sendo uno o poder, haverá, sempre, vitoriosos e derrotados, "situação" e "oposição". Os partidos, cristalizações de doutrinas políticas, não de estar, dessarte, em permanente estado de "luta". Esse "conflito", que está na própria essência do ser humano em busca de sua afirmação no mundo, é, também, um acento da democracia, que nele tem o seu fermento.

Se o regime é realmente democrático e se os partidos que nêle se instalam e atuam são autênticos, o choque de idéias será permanente. Se são "ideologias em ação" não se concebe a comunhão dos partidos da "esquerda" com os da "direita". E os partidos do "centro" serão sempre equidistantes dos partidos dos extremos. Nunca poderá um partido cristão aliar-se a um partido materialista. Não se pode, entretanto, eliminar de um povo os seus elementos esquerdistas, direitistas e materialistas. Eles também são povo, e, como tal, possuem o direito de ser ouvidos. Na democracia deve-se combater, mas nunca ignorar o inimigo. Por isso, nos países de maior tradição democrática, toleram-se as agremiações extremistas, as quais, aliás, jamais conseguiram alcançar o poder por meios e processos democráticos.

O sistema pluripartidário está, dêsse modo, vinculado à democracia, o monopartidário aos regimes totalitários. Um partido, dizia Bluntschili (22) "es siempre una fracción de un todo. No representa entonces más que el sentimiento de una parte de la Nación y no debe jamás identificarse con el Estado bajo pena de ser culpable de orgullo y de usurpación. Puede combatir los otros partidos, no puede ignorarlos ni esforzarse en abatirlos o hacerlos desaparecer. Un partido no puede subsistir solo; es la existencia de un partido opuesto lo que le da el ser y la vida".

Partido único não é partido, é um falso todo. Partidos são partes de um todo. Pela diversidade de suas ideologias, os partidos dão à sociedade um conteúdo humano rico e variado. O Governo, apolando-se em um partido, deve respeitar os demais, com eles dialogar, aceitar-lhes as críticas, corrigir-se de erros, atendê-los no que fôr justo e não contrariar as linhas mestras do partido que lhe deu a vitória e o sustenta. Enfim, procura satisfazer às reivindicações de tôdas as camadas de opinião, pois só assim estará, efetivamente, respondendo às solicitações gerais do País.

PARTIDO, IDEOLOGIA EM AÇÃO

Essa variedade de partidos é necessária, pois é uma réplica à multiplicidade de ideologias e possibilita o atendimento de tôdas as camadas do povo. Além disso, interesses e idéias contrários servem de emulação, estímulo, motivação. Nessas lutas ideológicas é que se forjam e consolidam os sistemas políticos. O progresso é uma resultante de forças em colisão. Em uma sociedade humana politizada ninguém pode ser neutro. Ser neutro é ser ideologicamente castrado. O homem tem de querer. É da sua natureza. Querer pressupõe uma filosofia: quer-se alguma coisa, por algum motivo e para algum fim. Ora, cada partido deve representar uma ideologia e uma ideologia política está vinculada a uma

compreensão geral do homem e do universo, portanto, a uma filosofia. Podemos dizer, por isso, que os partidos políticos são o oxigênio dos povos, nas democracias, e que a grandeza do Estado depende de seus órgãos de integração política, entre os quais os partidos se situam como os mais completos. Ainda Bluntschili (23) focalizava essas verdades, comentando:

"Los partidos políticos se manifiestan tanto más retamente cuanto la vida política es más rica y libre. Es en los pueblos mejor dotados políticamente que su desenvolvimiento se encuentra más adelantado. La historia de la República Romana y el desarrollo del Estado inglés y de la Unión Americana no se explica más que por las luchas de sus partidos. Es el esfuerzo y la rivalidad de los partidos lo que engendra las mejores instituciones políticas y que estimula la riqueza de las fuerzas latentes de la Nación. No debe creerse, entonces, como ciertos espíritus tímidos, que los partidos políticos son una debilidad o una enfermedad del Estado moderno. Son, por el contrario, la condición y el signo de una vida política fuerte. No pertenecer a ningún partido no es de ninguna manera una virtud del ciudadano; y decir de un hombre de Estado que está afuera de los partidos, es un elogio equivoco. Los partidos son la expresión y la manifestación natural y necesaria de grandes resortes ocultos que animan un pueblo."

De fato, os partidos, em sua luta pelo poder, despertam as virtualidades de um povo, levando os homens a apurarem as suas teorias e a firmarem melhor suas convicções, a fim de, em função de princípios e fins, bem planejarem a ordenação do Estado, instrumento de que se servirão, no poder, para a realização dos propósitos estabelecidos nos ideários das diversas organizações partidárias.

A democracia será, dêsse modo, a atmosfera propícia à vida dos partidos e a nenhum cidadão será lícito tentar a negação ou a mutilação dos mesmos, sob pena de danos irreparáveis ao próprio regime. Sem os partidos, fora ou acima dos partidos, nenhum Governo estará autorizado a falar ou agir em nome do povo, pois éste não estará associado aos negócios do Estado. A opinião do povo, conforme salienta Sarmiento (24) traduz-se pelos partidos:

"Los partidos son la opinión asociada, reunida en grupos. Los que no tienen opiniones no forman partidos, ni deben tomar parte en la vida publica, porque no harán sino males, prolongando el mal-estar, desmoralizando la opinión con sus dudas y su falta de principios que los guíen". São, pois, em síntese, os partidos, como descrevia Alfredo Palácios (25), "órganos de la democracia, tienen por función en el Estado organizar y educar cívicamente a los ciudadanos, sobre una base ética. Actúan, además, como agentes de ideas; disciplinan las fuerzas y orientan las corrientes de sentimientos e ideas que se agitan en la sociedad."

Os partidos não apenas traduzem idéias, também propõem sistemas para a realização dessas idéias que exprimem. São, repitamos, ideologias em ação. Quanto mais universal e humana a doutrina a que serve um partido, maior a sua capacidade de convencimento e de penetração no seio do povo. Por isso, o homem de partido é um homem de idéia e de vontade. Um homem que sabe o que quer. Que serve a uma causa. Que respeita princípios e persegue fins. Só aos homens de partido deve, assim, caber a responsabilidade da direção da coisa pública. Não se pode entender a chefia do Estado em mãos de um homem apartidário, sinônimo de homem sem convicções.

Se diferentes são os homens, diferentes hão de ser, conseqüentemente, os partidos. Filosofias diversas indicam aos homens caminhos diversos. Os partidos são a maneira pela qual os homens assumem uma posição definida diante dos problemas fundamentais do Estado. Nem se diga que é vã a atitude dos homens, sob a alegação de que a vitória de um partido importa na adoção de um sistema e na exclusão dos demais. Tal argumento poderia ser válido nos regimes totalitários, monopartidários, nunca numa democracia. Nesta, os partidos se fazem presentes e atuantes no Parlamento, com maiores ou menores delegações, de modo que serão ouvidas, discutidas e devidamente consideradas as opiniões das diferentes parcelas da população de um país.

Sendo um "animal político", o homem só pode viver em sociedade. Nisto, aliás, está a marca do seu destino. Esta verdade só é bem compreendida quando a gente se convence de que fora da sociedade a vida é impossível e, dentro dela, os esforços de todos hão de se orientar no sentido do bem comum.

A sociedade precisa, dessa maneira, de ser devidamente ordenada, e a ordem social básica é o Estado, que, considerado como o ambiente natural de coexistência dos homens, em termos de princípios, métodos e fins, afirma-se como uma entidade ao mesmo tempo universal e nacional, porque humana e porque só pelo nacional o universal adquire forma concreta. Sendo assim, humano em sua substância e nacional em sua organização, o Estado tem de garantir a todos um lugar ao sol. Isso explica porque, separados ideologicamente, os homens, não obstante, se unem em defesa dos interesses da pátria. É que as divergências doutrinárias são perfeitamente compatíveis com o desejo de unidade nacional.

Haverá, então, nas democracias, muitos partidos, cada qual refletindo uma ideologia. Esses partidos significam como que um processo de divisão do trabalho político visando ao bem comum, meta que todos almejam e que é a razão de ser de todos êles.

A política é a ciência que mais de perto joga com os destinos dos povos. A ela hão de servir, portanto, não só os políticos, mas também os filósofos, os juristas, os economistas, os sociólogos, os financistas, os técnicos, todos, porém, na perseguição de um objetivo comum que transborda das especialidades e da capacidade de cada um.

Isso explica a organização dos partidos modernos, com os seus departamentos de estudos, seus técnicos, seus teóricos, seus pesquisadores, enfim, com toda uma gama de órgãos onde atuam elementos dos mais variados conhecimentos, todos servindo a um propósito único, contido no programa político que aceitaram e cuja execução, através da conquista do poder, é o alvo a atingir.

Kong Chin Tson ⁽²⁶⁾, falando sobre o assunto, "expone tres razones fundamentales en cuya virtud las agrupaciones partidarias no pueden dejar de existir en la democracia representativa: a) las doctrinas políticas, para cuya realización, dentro del fin último de hacer progresar al país, deberán necesariamente agruparse los individuos que persiguen una finalidad común; b) la división social del trabajo, ya que la actividad política sería un oficio social y el partido un grupo de trabajadores que emprende esta labor especial; c) la especialización de las empresas políticas, desde que, en efecto, una organización política es la más importante y compleja de todas las que existen en la comunidad humana; dependiendo principalmente los destinos de un pueblo de su capacidad de organización política. Bajo este punto de vista, el partido podría ser considerado como una escuela viva que educa y forma a los hombres de Estado"

PARTIDOS E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Partidos são, em essência — nunca é demais repetir — expressões de ideologias. Mas são, também, organizações. Não de, assim, pelas suas elites, acompanhar o desenvolvimento da filosofia, das ciências, das letras em geral e das artes, pois os avanços da cultura repercutem nas condições gerais de vida dos homens. E não, também, de estar em contato permanente com o eleitorado, acompanhando-o em suas necessidades, em suas tendências, em suas reivindicações. Quer dizer, os partidos têm de acompanhar as mutações culturais, atualizando-se sempre, pois, do contrário, deixarão de ser órgãos vivos e dinâmicos, que agem em função de homens e coisas reais:

"Os partidos — observa Luiz Navarro de Brito ⁽²⁷⁾, refletem e agem como prolongamento da vida política em seu todo. Se eles não acompanham a dinâmica do processo de que são parte, então perdem a sua legitimidade."

Pela própria natureza de suas funções, o partido tem que ser uma peça sempre ativa na máquina governamental. Se dêle saem os chefes de Estado e os representantes do povo no Parlamento, têm eles, conseqüentemente, de estar sempre em dia com os problemas do mundo. Têm, sobretudo, de estar estreitamente ligados às conquistas da Política, vista esta como ciência do Estado, uma vez que será por meio dêste que os homens, eleitos pelo povo, através dos partidos, para as funções de comando da coisa pública, tentarão uma ordem existencial que garanta a todos uma justa e equitativa participação nos bens da civilização e da cultura.

Não podem os partidos estar despreparados para a missão que lhes incumbe na vida dos povos. A atribuição de escolha dos homens de Governo lhe pertence. Para o desempenho de tão alto mister urge que os partidos sejam reorganizados, reestruturados, reorientados e situados num plano político que os obrigue à tomada de consciência de suas responsabilidades. Essas responsabilidades serão tanto maiores quanto será pela sua real adequação com as aspirações populares que os partidos cumprirão, com fidelidade, o seu papel histórico.

O IDEAL ESTÁ ACIMA DO ECONÔMICO

Os homens não se distinguem por classes, e, sim, por idéias. O ideal supera ao econômico. (Cada homem é um mundo em miniatura e traz em si o sentido universal das coisas. Esse sentido da totalidade, que singulariza o ser humano, ultrapassa, neste, os interesses individuais, familiares ou profissionais. A posição que o homem ocupa no universo, a visão que ele tem de Deus, da pátria, da vida, de seu semelhante, do mundo, é que o leva a, descendo do plano metafísico para o político, ingressar num partido — naquele partido inspirado na ideologia que mais se aproxime da sua. Os sistemas políticos contêm e ultrapassam os econômicos. São mais vastos e profundos, englobam, num plano de viabilização, todos os problemas nacionais. Incluem ou pressupõem uma religião, uma filosofia, uma ética, uma sociologia, uma economia. Isso explica porque homens das mais diferentes condições se alistam em um mesmo partido e, ao mesmo tempo, porque homens na mesma situação e da mesma categoria se inscrevem em partidos diferentes — tudo isso valendo como um desmentido à tese marxista da prevalência absoluta do interesse econômico. “O princípio falaz de Karl Marx e de seus sucessores no campo do socialismo científico, de que em qualquer sistema político os interesses econômicos criam dois grupos adversários — o dos que “têm” e o dos “que não têm” — é simplificação perigosa e contrária à realidade, de um fenômeno complexo. As motivações humanas são diversas e de difícil previsão, estando ricos e pobres liberalmente representados em ambos os grandes partidos americanos”, observam Rodee, Anderson e Christol ⁽²⁸⁾).

Um homem de partido é um homem de convicções. Um homem que tem uma posição definida face aos problemas do mundo. Que sabe onde está, o que quer e o que precisa fazer para alcançar seus objetivos.

Não se pode, conseqüentemente, qualificar como partido a simples reunião de indivíduos para efeito da conquista do poder pelo poder. Poder é meio, não é fim. É instrumento que deve servir ao partido para transformar em “vivências” sociais, políticas e econômicas, as idéias que defende. Assim, quando presenciamos, no Brasil e alhures, certas composições partidárias, ou, dentro do mesmo partido, determinadas formações de blocos contra blocos, tudo em função de interesses individuais ou grupais que não raro se chocam violentamente com os programas políticos adotados, então verificamos como essas organizações políticas estão distantes daquilo que deve ser considerado um partido.

Nem sempre, no caso, os países mais ricos e poderosos podem dar lições aos mais modestos. Nos Estados Unidos, por exemplo, segundo informam Rodee, Anderson e Christol ⁽²⁹⁾ os conservadores Democratas e Republicanos “freqüentemente unem-se contra as respectivas alas liberais, em relação a assuntos legislativos”. E é lá, na grande República do norte do Continente, que vemos, às vezes, “democratas” e “cristãos” se negarem a reconhecer a igualdade entre brancos e negros.

Nesse ponto, temos de confessar a superioridade dos partidos totalitários — fascistas ou comunistas — que são, realmente, organizações a serviço de uma causa. Contudo, também nas democracias podemos encontrar partidos autênticos, sendo exemplo o Partido Trabalhista inglês, cuja linha de coerência se faz sentir toda vez que assoma ao poder.

O partido político é uma instituição, atende às necessidades de ordenação da vida dos homens numa sociedade e em determinado lugar. Ora, organizar a vida em comum dos homens é, em última instância, responder a todas as solicitações do homem, que, sendo um ser eminentemente político, vê projetada na sociedade a sua própria maneira de ser.

Sendo, como pessoa, livre e responsável, o homem tem um destino superior a cumprir. Mas o cumpre junto com todos os outros homens. E o cumpre aqui na terra. Isto é, os homens agem em sociedades diferentemente localizadas no espaço e no tempo. Variam os homens em suas necessidades e condições de vida, mas são sempre iguais em sua humanidade e em seus anseios de perfeição. Como os homens, variam os partidos. Assim, através de partidos diferentes, homens de concepções de vida diferentes expõem e defendem diferentes sistemas políticos. O ideal último, porém, é sempre o mesmo para todos: a felicidade coletiva. O erro está nos desvios ideológicos, nas visões incompletas dos problemas, nos vícios de formação cultural, nas distorções mesmas da natureza humana. Seja como for, é sempre com a melhor intenção que um indivíduo entra para um partido, pois, ao fazê-lo, está convicto que escolheu o caminho do "melhor mundo", que sonha para si e para todos os homens

É claro que, entre o ideal e o real, há uma longa distância. Jamais será possível a perfeita cristalização, em formas políticas de existência nacional, dos ideais humanos. Há as contingências humanas, que fazem do homem um ser que busca a perfeição justamente porque é imperfeito; há as contingências históricas, que forçam a recuos, a mudanças de normas, a retificações de diretrizes; há as próprias contingências do mundo físico, que determinam, não raro, atitudes humanas imprevistas.

Dentro desse complexo de fatores, todavia, o homem, no mundo político, encontra no partido o bastão em que se apoiar na caminhada em procura de seu destino, lado a lado com o seu semelhante.

Não poderíamos, portanto, assim vistas as coisas, concordar com Hans Eckardt ⁽³⁰⁾ quando, abordando o assunto, assim se manifesta:

"Suele entenderse por partido político un grupo de hombres reunidos en una asociación o una corporación que con una aparente cohesión hacia el exterior, defienden una convicción solemnemente proclamada y unánime, proponiendo-se un fin determinado. Este concepto no proporciona una idea clara e induce a errores que impregnan toda la vida política de nuestra época. Con él se mantiene, cuidadosamente guardada por los interesados, una especie de romanticismo político para el que no debiera existir en la vida moderna. Se confunde la idea fundamental con su realización, el principio y las acciones iniciales con la actividad posterior del partido, pregonando con exageración cada palabra pronunciada y hecho efectuado. La materia de que hoy constan los partidos pudiera compararse a una construcción de yeso con las paredes encaladas y estucadas, a una armadura de cartón y bastidores lumi-

nada más o menos con luces de bengala. La obra está paramentada superficialmente para hacer invisibles las grietas e huecos y ocultar el amenzado rhundimiento, dejando ver una fachada falsamente decorativa. A veces llega e creerse tener delante un edificio sólido que se eleva imponente y monumental en medio del Estado, pero todo ello es un engaño, pues los partidos no son tal cosa."

A concepção de partido que Eckardt classifica de "romântica" é a verdadeira. Infelizmente temos, para demonstrá-lo, de invocar mais uma vez, em abono de nossa tese, o exemplo dos partidos totalitários, ou, mais precisamente, do partido nazista e do partido comunista. Tais partidos não foram nem são "obras enfeitadas superficialmente para esconder as gretas e buracos", mas edifícios realmente "sólidos", que se erguem, "imponentes e magistras", dentro do Estado.

A crítica do eminente publicista teuto serve para os partidos liberais clássicos, que tendem a desaparecer, pois não mostraram condições de servir às finalidades políticas dos homens. Sem conteúdo ideológico, êsses partidos liberais podem, sim, comparar-se a "armações de cartão", iluminadas com "luzes de bengala", são obras "paramentadas superficialmente para encobrir gretas, buracos e fendas".

Partidos, insistamos, são ideologias em ação, são movimento e organização. Têm "alma" (a sua filosofia) e têm "corpo" (a sua estrutura). Um partido precisa, dessarte, de uma aparelhagem capaz de garantir a execução dos propósitos que tem em mira, pois, como lembra Field ⁽³¹⁾ "ao votarem, os eleitores não estão meramente decidindo que membros serão eleitos, mas também decidindo, direta ou indiretamente, que governo deverá emergir como resultado de seus votos".

A ILUSÃO DOS DÉSPOTAS

Malgrado essas verdades ainda existem os que se iludem com o poder desprovido da legitimidade que só o consenso popular pode dar. Aí estão os regimes totalitários e a ameaça de surgimento de outros. Homens "providenciais" insistem em permanecer no cenário político. Nos quatro cantos da terra os homens estão em luta constante pela afirmação de seus direitos fundamentais. Longe está o mundo daquele estado sonhado pelos homens, mas sabem, todos os homens livres, que o caminho para chegar a êle é a democracia. Haverá tropeços e retiradas, os povos sofrerão, suas histórias terão noites negras e tenebrosas, haverá muito suor, muita lágrima e muito sangue, mas todos sabem que a liberdade um dia brilha, afinal, para os homens que não desesperam de conquistá-la. A espada só vence quando a serviço da justiça, da igualdade, da liberdade. A história é, em síntese, a luta da força do ideal contra o ideal da força. E a democracia vence sempre, apesar das épocas de exceção. Porque há um limite para o despotismo. O homem, sendo pessoa, não pode ser enquadrado nos estreitos regulamentos dos sistemas ditatoriais. O mundo não é um campo de concentração e o homem transcende de tôdas as limitações que o ofendam em sua dignidade. O homem não pode ter a sua caminhada pela

história cadenciada pelo ritmo dos tambores. Isso de "comando único e in-contrastável", de "decisões irrecorríveis", de "chefes supremos", de "partido único" e coisas semelhantes, é para tropas em combate, nunca para um povo livre em busca de seu destino. Recordam, a propósito, Rodee, Aderson e Christol⁽³²⁾:

"Embora a organização autoritária, reforçada pela disciplina militar, possa parecer o mais forte dos sistemas políticos, revela-se, na realidade, extremamente vulnerável. Primeiro, não se descobriu, ainda, uma fórmula eficaz para transmitir a autoridade de um déspota ao seu sucessor. Depois, substituindo, à força, os valores aceitos, por novos mitos e símbolos, não se conseguiu destruir os laços da tradição política. Além de tudo, não é possível cultivar uma atmosfera de temor e suspeita permanentes, com a coação e o terrorismo. Finalmente, não se pode acomodar o fermento dos interesses de classe e de grupos e as tensões sociais correspondentes, na estrutura rígida, estratificada, do Estado unipartidário."

A democracia é eterna, está na humanidade mesma do homem. Por isso, os homens hão de evoluir sempre em termos de princípios, idéias, métodos e organizações de vida diferentes. A coesão político-social tem de ser procurada dentro da variedade infinita de temperamentos, situações, interesses, vontades e ideais.

O bem comum só pode ser tentado e atingido na democracia, pois só nesta, distribuídos pelos vários partidos, têm iguais oportunidades os homens de todas as camadas sociais.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PARTIDOS

Assente esse conceito de partido, podemos advogar, agora, a causa de sua institucionalização.

Com tal natureza, tal importância e tal papel a desempenhar na vida do Estado, os partidos não podem continuar como simples agrupamentos ocasionais. Têm de firmar-se como forças permanentes de opinião. Se são o próprio povo em sua expressão política; se escolhem os candidatos ao Parlamento e elegeм chefes de Estado; se, por intermédio desses representantes, fazem valer seus programas, os partidos hão de enquadrar-se no estatuto jurídico fundamental dos povos, aí terem regulada a sua organização, disciplinado o seu funcionamento, definida a sua posição, garantida a sua liberdade, reconhecidos os seus direitos, fixados os seus deveres.

Na época atual não mais podemos admitir partidos dentro dos quais os homens se viram para todas as direções, ao sabor das circunstâncias, sem princípios, nem convicções. Partidos não são isso. A era liberal, em que tais coisas eram comuns, caducou. Hoje, como acentua Josaphat Marinho⁽³³⁾ "os partidos de ocasião substituem-se por partidos de estrutura e de programas" que re-tratam "uma fisionomia e um corpo de princípios definidos".

A incorporação dos partidos aos quadros constitucionais dar-lhes-á autoridade, liberdade, responsabilidade e grandeza. Dar-lhes-á, sobretudo, autenticidade, transformando-os no que realmente devem ser: órgãos do Estado. A sua institucionalização os transformará em entes naturais na estrutura política das nações.

Pilastras do edifício democrático, os partidos políticos, uma vez institucionalizados, aos poucos se firmarão, adquirindo **personalidade** e assim se afirmarão como efetivos instrumentos ideológicos. Essa perspectiva tem sua lógica e deve ser encarada com otimismo. No Brasil, a tradição ensina que as conquistas sociais mais positivas vieram de cima para baixo, do poder para o povo. É que, fruto e expressão de necessidades sociais, a lei tem, por outro lado, função disciplinadora, às vészes também renovadora e, não raro, até mesmo criadora, como anota Luiz Navarro de Brito ⁽³⁴⁾:

“O poder coativo das leis é força determinada de mutações, mesmo no círculo de grupos e instituições rebeldes à disciplina continua. A ação desordenada e atípica, por longo prazo, desfigura e enfraquece instituições permanentes, como os partidos políticos. O desprestígio presente, que os marca em tantos países, é prova dessa observação e conduz à revisão de estruturas e rumos. Essa revisão tende a ser consequência, geralmente, de leis especiais, criações de organizações superiores ao simples poder de vontade dos indivíduos e grupos.”

O que urge, efetivamente, é transformar os partidos em organizações que transbordem dos interesses individuais e grupais. Isso não é impossível, pois o partido responde a situações políticas próprias do homem, nas quais êle se movimenta em busca de uma ordem geral de vida. O partido é, portanto, um organismo normal, natural, passível de enquadramento na ordem jurídica do Estado, como as demais instituições:

“El fundamento del programa de un partido lo constituye una declaración de principios, sea ésta o aquéla, en pro o en contra”, diz Eckardt ⁽³⁵⁾, e prossegue: “No hay nadie que viviendo inteligentemente no se sienta inclinado a profesar alguna. Las cuestiones relativas al poder y al derecho exigen ser afirmadas o negadas, lo que tiene por consecuencia que el programa concreto de un partido atraiga el interés de los que sienten la Política y constituya una necesidad para la discusión pública.”

A inscrição dos partidos no estatuto jurídico básico dos povos, como instrumentos de organização política, é, hoje, portanto, um verdadeiro imperativo de fortalecimento e sobrevivência da democracia.

A institucionalização dos partidos poderá, inclusive, senão de todo anular, pelo menos amenizar a influência do poder econômico na confecção das listas dos candidatos aos postos eletivos e na eleição dos mesmos, evitando, em decorrência, práticas abusivas e que atentem contra a moral parlamentar e administrativa.

Organizados de acôrdo com normas fixadas na Carta Magna e tendo a sua maneira de estruturar-se, manter-se e funcionar, disciplinada em lei especial, poderão os partidos libertar-se de certas pressões que os maculam e, através dêles, enodoam as Assembléias e a Administração.

PARTIDOS E CORRUPÇÃO

A aliança de candidatos com grupos financeiros; a “compra” e “venda” de “cabos eleitorais” de prestígio; os conchavos entre as autoridades que precisam de apolo no Parlamento e sabem movimentar influentes setores da Administração; o “congelamento” ou o “apressamento” de certas proposições no Congresso, tudo isso são aspectos negativos da democracia representativa, tudo isso significa corrupção, mas tudo isso pode ser melhorado se os partidos, integrando-se nos quadros jurídicos do Estado, libertarem-se do poder económico.

É verdade que as práticas atentatórias da moral pública não se verificam apenas entre os políticos, nem somente no Parlamento e nos partidos. A rigor, há muito mais corrupção nas esferas em que age o Poder Executivo.

Certos casos, verificáveis em qualquer país, de troca de mandatos por cargos públicos, de compra e venda de votos, de vinculações de pontos de vista a interesses empresariais, e outros, são, em volume e importância, muito menos graves do que, por exemplo, os também constatáveis em qualquer nação, envolvendo negoclatas de comissões de compras, serviços policiais, órgãos de fiscalização, entidades relacionadas com questões de câmbio etc., e que não têm nada a ver com o Parlamento, os políticos e os partidos.

No Brasil, por exemplo — é público e notório — o “jôgo-do-bicho”, o lenocínio, o contrabando, o mercado de moeda, a encampação de empresas estrangeiras, a aquisição de material no estrangeiro, a concessão de serviços públicos, a criação de cartórios etc., têm ensejado enriquecimentos rápidos e fabulosos, sem nenhum comprometimento para os políticos, que, em regra, não têm oportunidade de intervir em tais negócios.

A corrupção é um mal geral, muito anterior à existência dos Parlamntos e dos partidos, e a lei, se pode prever e punir as diversas formas por que ela se apresenta, não poderá, jamais, eliminá-la. O homem só pode corrigir-se de suas fraquezas pela religião, pela moral, pela medicina, pela educação.

Acontece, porém, que, sendo o partido político uma organização a serviço de uma filosofia, há de ter, também, a sua ética.

É preciso, assim, na defesa mesma do prestígio dos partidos, resolver o problema de sua independência económica, o que os porá a cavaleiro de pressões espúrias, pois, como ressaltam Gwendolen Carter e John Hersz (8b) “a menos que e até que o resolvam, as democracias continuarão sujeitas à acusação de que nos bastidores da sua fachada igualitária existe o controle dos homens ricos ou dos interesses poderosos”.

De tudo que vimos dizendo, forçoso é concluir que os partidos são coisas da essência mesma da democracia. Que os homens só têm um caminho para transformar em “vivências” sociais as suas idéias sobre a vida: pelo Estado. E

que os dinamismos da maquinaria política são os partidos, que estão na base de toda evolução social. Através deles é que os homens se unem em torno de ideais e compõem as representações nos Parlamentos, que são o laboratório onde se processa a estruturação nacional das sociedades humanas diferentemente situadas no espaço e no tempo.

Os homens se distribuem por profissões e classes, em atividades distintas, por intermédio das quais se colocam em determinado status e, dentro deste, dão sua contribuição à obra comum, de que todos os homens participam. O trabalho social é o resultado de todos os "trabalhos".

O "trabalho político" tem por cenário principal o Parlamento, mas seu agente são os partidos, são estes que dão selva, caráter e sentido à obra política. Esse trabalho situa-se num ponto elevado dentro da categoria das atividades criadoras do homem, porque, se entendido em seu significado profundo, tem um valor insuperável para a vida dos homens, visto que da organização política depende, em grande parte, o destino de um povo.

OS PARTIDOS TÊM DE SER NACIONAIS

Com esse conteúdo humano marcante têm os partidos, por suas motivações e propósitos, um cunho universal, mas, como os homens vivem em espaços e tempos diferentes, os partidos não de ser nacionais em sua organização e em seus métodos.

O elemento nacional está, assim, presente nas organizações partidárias de todo povo politicamente amadurecido.

Nos países subdesenvolvidos, inclusive culturalmente, a tendência é para a imitação. Aí a explicação para os partidos sem raízes, deslocados das realidades ambientes. Partidos de importação, que, por isso mesmo, revelam-se incapazes de uma obra política fecunda. Michel Debrun (37) chama a atenção para o fato, comentando:

"Partidos podem surgir pela simples imitação do que se faz em países mais avançados, aureolados de prestígio. Certas repúblicas da América Latina não tiveram, até data recente, senão partidos "reflexos": tratava-se, por exemplo, de reproduzir a organização dupla de partidos à moda inglesa, sem que essa organização exprimisse uma necessidade social ou convicções profundas. Sendo importados os partidos (eles ainda o são em certas regiões) não podiam ter senão uma influência muito fraca no que diz respeito à manutenção ou à transformação das sociedades globais. Seu jôgo, sempre a mercê de um golpe de força de elementos alheios (militares, por exemplo) ao sistema "democrático", era por outro lado falseado por sua integração quase completa às estruturas tradicionais e pelos conflitos próprios a essas estruturas. Assim, no Brasil, a oposição entre "liberais" e "conservadores" sob o império, longe de remodelar a vida política do País, não fez, em realidade, senão

exaltar as lutas tradicionais em que se opunham os clãs feudais. Os clãs eleitorais não constituíram senão prolongamentos dos clãs feudais, agrupando por exemplo vários clãs na luta pelos postos locais, de Municípios ou do Estado."

CONCLUSÃO

São os partidos políticos, portanto, entidades de grande importância para a vida dos povos. Eles interpretam, disciplinam, coordenam e orientam os interesses, as necessidades e as aspirações coletivas. São a projeção política do povo.

Os indivíduos, na sociedade moderna, não podem entender-se diretamente com o Estado. A sua participação na direção da coisa pública processa-se através da Assembléia, e Assembléia são bancadas, são partidos elaborando a obra governamental, construindo a nação. O liberalismo está superado e o Estado não é mais considerado um simples espectador, com funções meramente de polícia. O Estado é a nação em movimento, nação é povo, e o centro de deliberação popular são os partidos, que se fazem valer, no Estado, pelas suas representações no Parlamento. O fato foi bem estudado e bem descrito por Manoel Gonçalves Ferreira Filho ⁽³⁸⁾:

"Sem dúvida, o reconhecimento da legitimidade do partido exige uma revisão profunda da doutrina demo-liberal. Esse reconhecimento implica na introdução de um terceiro elemento entre o Estado e o indivíduo e tem por substrato a verificação da incapacidade do indivíduo formar pela força isolada de sua razão uma concepção do bem comum, de tomar, por si, decisões conscientes e coerentes no plano político. É a verificação, em termos claros, de que o bem comum não está ao alcance do homem comum, dose de realismo que vem, assim, a compensar o otimismo ingênuo dos primórdios do liberalismo.

O partido institucionalizado de hoje é a réplica dessa verificação. Representa a tentativa de colocar realmente a decisão de última instância, a soberania, nas mãos do povo. Cabe-lhe trazer à luz a vontade geral, uma vontade que deve ser geral por sua origem, geral por seus fins, mas tem de provir do esforço comunitário de pessoas."

O partido é, sobretudo, uma **ideologia**. Mas não é apenas uma ideologia. Sendo isso, é, também, uma **responsabilidade**. Veículo de princípios, métodos e objetivos, o partido, ao ganhar prosélitos, compromete-se com êstes. O compromisso está na luta pelos fins que norteiam o seu programa. Está na tentativa de realização de um esquema que sintetize toda uma doutrina. O partido se torna responsável, perante seus filiados, pela doutrina em que se inspira. Falando, assim, pelas diversas parcelas do povo, os partidos não podem decepcioná-las. Quando elas nêles se alistam é na esperança de que êles se constituam, efetivamente, em organizações que batalhem pelos ideais proclamados.

Não podem, portanto, os partidos, formar-se ao leu dos caprichos, vaidades e interesses individuais. Hão de ser, sempre e principalmente, órgãos de fixação ideológica. Com êsse caráter é que devem compor a máquina do Estado, tendo

sua estruturação e funcionamento subordinados aos preceitos jurídicos básicos que marcam os caminhos dos povos nos seus esforços de plena realização. A institucionalização dos partidos presume e exige que eles se organizem em tais bases, com tal caráter e tais objetivos.

Finalizando, é de repetir-se que partido, congresso e democracia formam a trilogia em que assenta uma compreensão humana, justa e igualitária dos problemas políticos.

Uma ordem política é uma ordem geral de existência, nela se corporificam os sistemas de vida em comum imaginados pelos homens em seu perene filosofar.

O homem se afirma e se completa na sociedade e a organização desta, pelo Estado, é a tarefa política fundamental.

Estado, reiteremos, é instrumento de construção nacional dos povos. De edificação das nações. E o Estado é o que fôr o sistema político em que se informe.

Assim vinculada ao destino do homem na terra, a Política vale como a mais importante das ciências, pois a ela compete responder ao desafio maior da história, que está na procura de um regime em que todos os homens participem equitativamente dos bens da civilização e da cultura.

Nos regimes totalitários o homem é confundido com as coisas. Na democracia, floresce em sua humanidade essencial, desenvolvendo-se e aperfeiçoando-se como pessoa, pois encontra, nela, condições que correspondem às suas aspirações.

O que há, por isso, de mais importante para os homens, é o regime político, pois na boa ou má escolha que se fizer do sistema de vida em comum, ou seja, da estruturação democrática ou antidemocrática do Estado, dependerá a sua dignificação ou a sua degradação.

Escreve Hadey Cantril ⁽³⁹⁾:

“A maneira pela qual uma organização política serve, não somente como um movimento social, mas como um modo completo de viver, está dramaticamente simbolizada pela estátua de Nkrumah, erguida em frente à Casa do Parlamento de Gana e que com proeminência ostenta em seu pedestal a inscrição: “Buscai primeiro o reino político e todos os outros lhe serão acrescentados.”

Nessa visão política elevada, não se pode esquecer o papel dos partidos, através dos quais os homens tomam posição definida em relação aos problemas fundamentais da vida coletiva e tentam a conquista do poder, condição final para a concretização, numa ordem geral de existência — ou seja, numa determinada organização estatal — da sua ideologia política.

Sabendo-se que as idéias religiosas, filosóficas, sociais, políticas e econômicas do homem só valem na medida em que podem adquirir vivência, e sabendo-se que a transformação, em atos, dessas idéias, depende do regime político em que se organizem os homens em sua vida comum, então compreenderemos o significado profundo do monumento de Nkrumah.

BIBLIOGRAFIA

- 1) Cit. por Hermann Finer in *Teoria y Practica del Gobierno Moderno* — Editorial Tecnos, S. A. — 1964 — Madrid — Traducción de Enrique Tierno Galván.
- 2) Hermann Finer — ob. cit.
- 3) Vasconcelos Torres, Senador — Parecer sobre o Projeto de Constituição de 1967 (Capítulo referente ao Poder Legislativo).
- 4) Maurice Duverger — *Les Partis Politiques* — Librairie Armand Colin — Paris — 1951.
- 5) Sergio Cotta — *Les Partis et Le Pouvoir dans les theories politiques du debut du XVIII siècle* — in *Le Pouvoir* — Par Mc. Keon, C. G. Friedrich, R. Polin, Sergio Cotta, J. J. Chevalier, G. Langrod — Presses Universitaires de France — Paris, 1956.
- 6) Hermann Finer — ob. cit.
- 7) Hermann Finer — ob. cit.
- 8) Linares Quintana — *Los partidos politicos* — Editorial Alfa — Buenos Aires, 1945.
- 9) Gwendolen M. Carter e John Herz — *Governo e Política no Século XX* — Fundo de Cultura — 1963 — Rio — São Paulo — Trad. de Raul Mendes Silva.
- 10) R. Kranenburg — *Teoria Política* — Fondo de Cultura Economica — México, 1941 — versão espanhola de Juan Bazant.
- 11) Marcel Prélot — *A Ciência Política* — Difusão Européia do Livro — São Paulo, 1964 — Trad. de Jonas Negalha.
- 12) Hermann Finer — ob. cit.
- 13) Felício Buarque — *Origens Republicanas* — Estudos de Gênese Política — Editora Irradiação — São Paulo, 1962.
- 14) C. Rodee, T. Anderson e C. Christol — *Introdução à Ciência Política* — Livraria Agir — Trad. de Maria da Glória Ferreira — Rio, 1959.
- 15) R. Kranenburg — ob. cit.
- 16) Pietro Virga — *Il Partito nell'ordinamento giuridico* — A. Gaffré Editores — Milano, 1948.
- 17) G. E. Catlin — *Tratado de Política* — Zahar Editores — Rio Trad. de Waltencir Dutra, 1964.
- 18) R. Kranenburg — ob. cit.
- 19) C. Field — *Teoria Política* — Zahar Editores — Trad. de Giarsons Rebut — Rio, 1959.
- 20) cit. por Linares Quintana, ob. cit.
- 21) R. Kranenburg — ob. cit.
- 22) cit. por Linares Quintana, ob. cit.
- 23) cit. por Linares Quintana, ob. cit.
- 24) cit. por Linares Quintana, ob. cit.
- 25) cit. por Linares Quintana, ob. cit.
- 26) cit. por Linares Quintana, ob. cit.
- 27) Luiz Navarro de Brito — "Introdução aos Partidos Políticos" — in *Jornal do Brasil* de 10-7-66.
- 28) C. Rodee, T. Anderson e C. Christol, ob. cit.
- 29) C. Rodee, T. Anderson e C. Christol, ob. cit.
- 30) Hans Eckardt — *Fundamentos de la Política* — Editorial Labor S. A. — Barcelona—Buenos Aires — Traducción directa del alemán por Rafael Luengo — 1932.
- 31) C. Field, ob. cit.
- 32) C. Rodee, T. Anderson e C. Christol, ob. cit.
- 33) Josephat Marinho, Senador — "Introdução e Estudo dos Partidos" — *Revista de Informação Legislativa* — N.º 9 — Ano III — Senado Federal.
- 34) Luiz Navarro de Brito, ob. cit.
- 35) Hans Eckardt, ob. cit.
- 36) Gwendolen Carter e John Herz, ob. cit.
- 37) Michel Debrun — *O Fato Político* — Fundação Getúlio Vargas — Rio, 1962.
- 38) Manoel Gonçalves Ferreira Filho — "Os Partidos Políticos nas Constituições Democráticas" — Edições da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* — 1960.
- 39) Hadley Cantril — *Natureza Humana e Sistemas Políticos* — Editora Fundo de Cultura — Rio, 1963 — Trad. de Antônio Alcides de Azevedo e Luiz Drumond.